



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA CLARA MOURA MONTEIRO**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO: UM ESTUDO DAS SUAS  
DIFICULDADES E AVANÇOS NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL DE CAMPINA  
GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2015**

**MARIA CLARA MOURA MONTEIRO**

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO: UM ESTUDO DAS SUAS  
DIFICULDADES E AVANÇOS NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL DE CAMPINA  
GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Noalda Ramalho.

**CAMPINA GRANDE – PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M775i Monteiro, Maria Clara Moura  
A inclusão de crianças com autismo [manuscrito] : um estudo das suas dificuldades e avanços no âmbito Escolar Municipal de Campina Grande-PB / Maria Clara Moura Monteiro. - 2015.  
34 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.  
"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Departamento de Serviço Social".

1. Autismo. 2. Inclusão Escolar. 3. Crianças. 4. Educação especial. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

MARIA CLARA MOURA MONTEIRO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO: UM ESTUDO DAS SUAS  
DIFICULDADES E AVANÇOS NO ÂMBITO ESCOLAR MUNICIPAL DE CAMPINA  
GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Aprovado em: 17 / 06 / 2015

Nota: 10,00 ( 09 )

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Noalda Ramalho*

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Noalda Ramalho**  
Orientadora

*Célia de Castro*

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Célia de Castro**

Universidade Estadual da Paraíba

*Patrícia Crispim Moreira*

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Patrícia Crispim Moreira**

Universidade Estadual da Paraíba

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por tudo que Ele tem feito por mim, e pela intercessão da minha santa de devoção, Santa Clara de Assis, pelo milagre da minha vida e por iluminar meu caminho.

Sou grata à minha mãe, Maristela Rocha, que é assistente social em quem me inspirei a seguir a mesma profissão, por ser essa pessoa que tanto amo e de um coração puro e generoso. A meu pai, Zenóbio Monteiro por ter me ajudado muito nesta vida acadêmica. Ao meu irmão Bruno. Às minhas tias Márcia, Lúcia, Socorro e Celina. E a toda minha família Moura que sempre me incentivou a ser uma ótima profissional.

Obrigada a todos meus amigos e, em especial à minha melhor amiga Jeani Silva, por todo companheirismo e incentivo. A meus companheiros de curso Jamilly Braga, Lidiane Félix, Marileuda Araújo, Lívia, Arlene, Daniella Aguiar, Valdenice e Erivan, por toda amizade durante estes 4 anos de curso.

Também sou grata por ter passado um ano e meio com ótimas supervisoras de estágio, as assistentes sociais Susana Tavares e Fernanda Guedes, da ONG Papel Marchê, onde nunca esquecerei de todos os aprendizados e que levarei para meu futuro profissional.

Agradeço a todos os professores do departamento de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba que, de alguma forma, me auxiliaram na minha formação acadêmica, principalmente à minha orientadora, a Doutora Maria Noalda Ramalho, que também foi do estágio, onde prontamente aceitou meu convite a me auxiliar neste artigo, sem ela não teria chegado ao final deste trabalho científico, espero nos encontrarmos na caminhada profissional. Ainda agradeço as professoras Célia de Castro e Patrícia Crispim Moreira, que aceitaram ao meu convite para fazerem parte da banca examinadora.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>9</b>
<b>3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR.....</b>	<b>13</b>
<b>4. A PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
4.1 Caracterização do local da pesquisa .....	18
4.2 Metodologia da pesquisa.....	20
4.3 Análise dos dados .....	21
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXO</b>	

## RESUMO

A inclusão escolar tornou-se um dos temas relevantes para a área da educação, pois atualmente é dever do Estado garantir este direito. A proposta do estudo consiste na inclusão de crianças com autismo no âmbito escolar a fim de identificar as suas principais dificuldades e avanços. A pesquisa se realizou em duas escolas municipais da cidade de Campina Grande - PB, as quais possuem alunos com autismo. A investigação teve como sujeitos os professores que atendem essas crianças autistas nas salas regulares e nas salas de recursos multifuncionais. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semi estruturada e a análise dos dados coletados foi a partir da técnica de análise de conteúdo. Diante da pesquisa que desenvolvemos destacamos como avanço o fato das crianças autistas estarem inseridas em salas de ensino regular e no AEE, algo que é fundamental para a sua socialização e convívio social com as demais crianças. No entanto, ainda, se apresenta como dificuldade a falta de uma melhor estrutura física nas escolas e a necessidade de seus professores das salas regulares serem melhor qualificados para atender a essa demanda com uma metodologia adequada.

**Palavras-chaves:** autismo – inclusão escolar - crianças

## ABSTRACT

School inclusion has become one of the topics relevant to the field of education, it is now the duty of the State to guarantee these rights. The purpose of the study is the inclusion of children with autism in schools to identify their main difficulties and advances. The research took place in two municipal schools in the city of Campina Grande - PB, which have students with autism. The investigation was to subject teachers who meet these autistic children in regular rooms and the living rooms of multifunction capabilities. Was used as data collection instrument the semi structured interviews and the analysis of the data collected was from the content analysis technique. On the research that developed as we highlight the fact advancement of autistic children are placed in regular education rooms and ESA, something that is critical to their socialization and socializing with other children. However, still appears as difficulty the lack of a better physical infrastructure in schools and the need for their teachers of the regular rooms are best qualified to meet this demand with an appropriate methodology.

**Keywords:** Autism - school inclusion – children

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará o tema da inclusão escolar de crianças com autismo que estão matriculadas em escolas municipais de ensino regular de Campina Grande (PB). O mesmo analisará quais os seus avanços e as dificuldades das referidas escolas.

O debate sobre a inclusão escolar é necessário, pois é dever do Estado garantir a todos o direito à uma educação digna. Para isso, é preciso que tenha capacitação para os profissionais e familiares para lidarem com as deficiências e os transtornos, dentre eles o autismo, que é considerado um transtorno global do desenvolvimento, “caracterizado por um prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação. Pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem. Repertório restrito de interesses e atividades”. (BELISÁRIO, 2010, p. 13)

A motivação pela escolha da temática surgiu com a nossa presença no estágio supervisionado, no período de outubro de 2013 a dezembro de 2014, desenvolvido no Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, também conhecida como Papel Marchê, instituição que recebe várias demandas de pessoas com deficiências no aprendizado, entre elas, crianças com autismo.

Vale salientar que a questão do autismo é um assunto atual e merece ser de conhecimento de todos, pois se não houver uma base teórica sobre o assunto, as famílias que possuem crianças com esse tipo de transtorno, os profissionais e a sociedade em geral ficarão sem saber como lidar com os mesmos.

Dessa forma, a investigação que realizamos sobre a temática da inclusão escolar de autistas, foi de suma importância, pois será uma forma da comunidade acadêmica, das instituições e da sociedade, ampliarem seus conhecimentos sobre como está se dando sua inserção nas unidades escolares.

Atualmente está sendo comum encontrar crianças autistas inseridas em escolas de ensino regular, tanto da rede particular, como da rede municipal e do



Estado. E esta discussão que trazemos nos remete a refletir como funciona esse processo dentro das escolas com os professores, alunos, familiares e profissionais da equipe multifuncional; pensando quais são os pontos positivos, os avanços e as dificuldades da relação autismo x inclusão escolar, sendo esse o objetivo da nossa pesquisa.

Este artigo, fruto de uma pesquisa de campo está organizado em três momentos. No primeiro item, fazemos uma exploração teórica da educação inclusiva. No segundo item conceituamos o TEA (Transtorno do Espectro Autista) e no terceiro item, apresentamos a execução da pesquisa e os seus resultados na perspectiva de analisar como está sendo o processo da inclusão escolar de crianças com autismo em duas escolas do município de Campina Grande – PB que recebem atendimento nas salas regulares e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado pelas salas de recursos multifuncionais.

## **2. A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Este artigo tem sua abordagem na relação da educação inclusiva e o transtorno do espectro autista, que se tornou um dos temas mais abordados por vários especialistas do mundo. O que antes era visto como um processo de exclusão, hoje se pode dizer que tem apresentado avanços significativos. De acordo com Sassaki (1997, p.113)

Países desenvolvidos, como os EUA, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália, foram os pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas. Com algumas exceções (por ex., CRECHE, 1989; UNESCO, 1988; VITELLO, 1989), boa parte da literatura pertinente às práticas inclusivistas na educação começa a surgir na década de 90, basicamente relatando experiências que vêm ocorrendo a partir do final dos anos 80 aos dias de hoje.

O processo da inclusão social tem vários marcos históricos e um deles de suma importância é a Declaração da Salamanca, que reafirma o direito da educação para todos (1990), tendo como princípio fundamental que: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças

que apresentem". Tal documento foi elaborado na Espanha, em junho de 1994, pela UNESCO na "Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade", sendo assinado por 92 países. Segundo Mittler (2003), "a conferência em Salamanca foi significativa por várias razões, dentre elas, porque esclareceu a filosofia e a prática da inclusão e resultou em um compromisso da maioria dos governos para trabalhar pela educação inclusiva".

Outro acontecimento para a educação inclusiva foi a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala em maio de 1999, da qual o Brasil é signatário.

No Brasil, o Estado tem dever de garantir o AEE a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme consta no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Direito este que no artigo 54, do terceiro inciso, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está reafirmado. Ainda vale salientar que o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Assim, uma criança com deficiência não é mais obrigada a procurar uma escola especializada, uma vez que tem direito a frequentar instituições comuns. Nesse caso, é dever do Estado capacitar os professores para que tenham preparação para elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dos alunos e que estejam preparados para essa nova realidade. É o que diz a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando afirma que devem existir: "Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes comuns" (BRASIL, 1996, Art. 59º, inciso III).

O objetivo da inclusão escolar é construir uma escola acolhedora, que não existam exigências ou critérios ou nenhum tipo de discriminação para que se tenha o

acesso de todos, tudo em prol da inclusão no ensino comum de alunos com deficiência e outras condições anormais de desenvolvimento.

Assim, de acordo com Sasaki (1997, p. 41), inclusão é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.”

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem por finalidade assegurar a participação e a aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas escolas comuns de ensino regular, atendendo o princípio constitucional da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e continuidade de estudos nos níveis mais elevados de ensino. De acordo com este objetivo, a educação especial, é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, atuando de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, disponibilizando serviços e recursos para as atividades de atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade nos ambientes e processos educacionais.

Atualmente o ambiente escolar contempla o chamado AEE na educação básica. O decreto Nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (revogado e substituído pelo Decreto de Nº 7.611, de 17/11/2011), dispõe sobre o mesmo para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O mesmo prevê que este público deve ser inserido em salas de recursos multifuncionais com materiais especiais e profissionais preparados para lidar com diferentes deficiências. Quando não estão no horário regular, os alunos especiais devem frequentar a sala do AEE no horário oposto, como forma de complemento para a educação.

Segundo Glat (2007, p.16)

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus

professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.

Neste contexto a proposta da educação inclusiva não é uma tarefa fácil. Porém, a escola exercendo sua função de acolher e ensinar a todos sem distinção, o Estado oferecendo políticas públicas para que os profissionais sejam preparados e capacitados e os familiares deste público alvo cientes e mobilizados para a importância desta temática, a inclusão escolar irá ser efetivada, trazendo avanços, mas também desafios.

Alguns autores, como por exemplo, Glat (2007), Mittler (2003), entre outros, irão enfatizar que, direta ou indiretamente, existe uma dicotomia entre educação inclusiva e educação especial.

Glat (2007, p.18) aborda que “a educação especial constitui-se como um arcabouço consistente de conhecimentos teóricos e práticos, estratégias, metodologias e recursos para auxiliar a promoção da aprendizagem de alunos com deficiências e outros comprometimentos.” Já Mittler (2003, p.236) afirma que:

A Inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo valorizados.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta, pois garante a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, sem exceção, em um ambiente escolar. Ocorrendo uma interação de forma gradual com a participação dos alunos com necessidades especiais para que eles possam desenvolver suas habilidades.

O Estado tem o dever de oferecer para as pessoas com necessidades especiais uma escola inclusiva. Em consonância com o Projeto de Lei do Senado Nº 228, de 2014, ainda em tramitação, o poder público deve colocar um cuidador para cada criança ou adolescente que necessitar, para que ele possa ser inserido na sala regular.

Porém, nem sempre o poder público cumpre sua obrigação e responsabilidade, prejudicando os alunos especiais. Dessa forma, é preciso uma atenção maior do Estado para a proposta da inclusão escolar.

### **3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR**

Como já nos referimos anteriormente, com a proposta da inclusão, todos os alunos com deficiência conquistaram o direito de estudar na rede regular de ensino, dentre eles os que possuem o autismo.

A palavra autismo vem do grego *autos*, que significa “de si mesmo”. Em 1911, este termo foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que “buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia.” (CUNHA, 2009, p. 20)

O autismo, definido como um tipo de transtorno global do desenvolvimento, se encontra como um dos públicos alvo do AEE, é o que diz o Art. 4º, no segundo inciso, da Resolução CNE/CEB 4/2009, quando afirma:

Incluem-se nessa definição de Transtorno global do desenvolvimento alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação (BRASIL, 2009, art. 4º, inc. II).

A primeira vez que o autismo foi definido e caracterizado para o mundo foi em 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner (médico austríaco, residente em Baltimore, nos EUA). Em um artigo ele descreveu onze crianças, onde estudou criteriosamente e

constatou uma nova síndrome na psiquiatria infantil. Foi a partir destes sujeitos que definiu o autismo; pois, segundo a autora Mora (2007), ele usou esse termo “porque as crianças passavam por uma etapa em que estavam muito concentradas em si mesmas e não mostravam interesse em outras pessoas” (p.198). Ele é considerado o pai do autismo, pois foi o primeiro a publicar pesquisas relacionadas ao tema. Este transtorno do desenvolvimento, que antes era considerado uma condição rara, que atingia uma em cada duas mil crianças, hoje, as pesquisas mostram que uma em cada cem crianças é portadora do espectro, que afeta mais os meninos do que as meninas.

Segundo o psicólogo espanhol Riviére (2004) um dos maiores pesquisadores do autismo, “desde sua definição por Kanner, em 1943, o autismo apresentou-se como um mundo distante, estranho e cheio de enigmas” (p.22). Daí, depois dos estudos e dos escritos de Kanner, descobriu-se que suas características se davam a partir de três aspectos: as relações sociais, a comunicação e a linguagem e a “insistência em não variar o ambiente” (p.23)

Baseado nas descrições do psicólogo Riviére (2004), o autista apresenta dificuldades na fala e de interagir socialmente. Porém, se deve considerar os diferentes graus que existem; por exemplo, quadros leves, como a síndrome de asperger, na qual não há comprometimento da fala e da inteligência, e outros mais graves, em que o paciente é incapaz de manter contatos interpessoais, com a ausência de expressão facial e demonstração de comportamento agressivo, ignora a linguagem, não responde a ordens, chamadas ou indicações linguísticas dirigidas a ela.

Conforme Belisário (2010) em 1979, deram origem ao conceito de espectro autista os estudiosos Wing e Gould. Os mesmos perceberam a incidência de dificuldades na reciprocidade social, apreenderam que as crianças afetadas por essas dificuldades, também, apresentavam os sintomas principais do autismo.

De acordo com Cunha (2009) em 2008 “os pesquisadores Williams e Wright utilizam o termo ‘Distúrbios do Espectro do Autismo’ para abranger todas as crianças e os jovens com dificuldades relacionadas ao espectro” (p.22). Vale

salientar que todo autista é único, ou seja, cada um se comporta diferentemente, tendo que respeitar e entender os seus sintomas, com isso apresenta-se em diferentes graus.

Segundo Melo (2007) alguns pesquisadores afirmam, assim como já colocamos anteriormente, a chamada síndrome de asperger é um grau mais leve de autismo, pois ela provoca atraso na fala, mas com desenvolvimento fluente da linguagem verbal antes dos cinco anos. Portanto, diferentemente do autismo, no transtorno de asperger não existe atrasos na linguagem e no desenvolvimento cognitivo ou nas habilidades de autoajuda.

Já a síndrome de reet é outro exemplo de transtorno global do desenvolvimento da criança, considerada uma das mais severas, pois contém crises convulsivas e uma desaceleração do crescimento do perímetro cefálico. (BELISÁRIO, 2010)

Com o desenvolvimento da ciência, foram feitos vários estudos das causas do autismo e algumas teorias tentam explicar a origem da síndrome. Atualmente, considera-se que sua etiologia é multifatorial, ou seja, é decorrente da combinação de fatores que concorrem para um resultado. De acordo com Estela Mora (2007, p.198-199) “entre as teorias que ajudam a compreensão, estão as genéticas (herança multiplicativa), as neurobiológicas (hiperserotoninemia), as psicológicas (socioafetiva, a cognitiva, e a cognitivoafetiva) e a psicopedagógica (das Matrizes Dimensionais).”

De acordo com Mello (2007) “o diagnóstico da criança autista é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo. Por isso, diz-se que o autismo não apresenta um marcador biológico” (p.24). Com isso, é importante que os pais fiquem atentos ao desenvolvimento dos bebês desde do início, para que possam identificar as suas características e ir em busca de profissionais que possam detectar a síndrome e obter um tratamento precoce com várias terapias existentes, cada qual com sua particularidade.

O tratamento do autismo é considerado um processo bastante duradouro em que os resultados delongam, já que a criança não consegue sentir nenhuma motivação e demora bastante tempo a manifestar algum tipo de resposta, pois as crianças afetadas com este transtorno possuem rejeição a atividades rotineiras, à mudanças de hábitos e apego a determinados objetos.

De acordo com Cunha (2009), o autismo pode surgir nos primeiros meses de vida, mas, em geral, os sintomas tornam-se aparentes por volta da idade de três anos. Há alguns sintomas importantíssimos que, percebidos de forma precoce na criança, auxiliará no reconhecimento do transtorno:

Retrair-se e isolar-se das outras pessoas; não manter contato visual; resistir ao contato físico; resistência ao aprendizado; não demonstrar medo diante de perigos reais; agir como se fosse surdo; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimento circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; não manifestar interesse por brincadeiras de faz-de-conta; compulsão. (CUNHA, 2009, p.28-29)

O Congresso Nacional On-line de Autismo, realizado em março de 2015, destacou vários temas importantes, entre eles o neuropediatra Antônio Carlos de Farias abordou o neurodesenvolvimento e sinais do TEA. O mesmo afirmou que todos os órgãos dos autistas são afetados, como por exemplo: o ocular e o ouvido; têm as percepções sensoriais afetadas; têm aversão a tipos de cheiros; não sentem dores; gostam de ficar isolados, têm o seu sono e aprendizagem escolar afetados, não possuem muitos amigos. Por isso, quanto mais cedo se observar os comportamentos dessas crianças, melhor. Ter a intervenção e o diagnóstico precoce poderá provocar um desenvolvimento no seu aprendizado e na sua socialização.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764, de 11 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), faz com que os autistas passem a ser considerados, oficialmente, pessoas com deficiência. É o que diz o seu parágrafo segundo, art. 1º: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”. Segundo a citada lei, é necessária a inserção de cuidadores, de um acompanhamento especializado nas escolas para atender as demandas, não só de



crianças autistas, mas de todos com deficiência, pois elas necessitam de uma atenção diferenciada.

A criança com autismo é capaz de aprender, como as outras crianças, entretanto, faz-se necessária a utilização de técnicas e intervenções que facilitem esse processo, considerando as características e especificidades do modo de ser e estar no mundo da criança (COSCIA, 2010 apud REIS, 2013, p.19).

Em algumas crianças, são identificados atrasos no desenvolvimento antes delas serem diagnosticadas como autismo e, assim, podem receber intervenção precoce ou serviços de educação especial.

Quando pensamos em criança autista na escola, não estamos excluindo que ela tenha atendimento educacional especializado. Como toda criança autista vê seus irmãos, primos e vizinhos irem para a escola, para eles não irem para a escola é uma forma de comprometer o desenvolvimento social deles. (FILHO, 2010 apud, REIS, 2013, p.8)

A referida lei 12.764/2012 prevê que se tenha a inclusão no âmbito escolar dos alunos com autismo. O seu art. 3º garante os direitos que as pessoas com o espectro autista possuem; enquanto que o inciso 4º enfatiza sobre o seu acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Dessa forma, é de suma importância ter uma capacitação para os professores que irão lidar com as crianças especiais, não só com o TEA, mas com as diversas deficiências; pois à medida que o tempo vai passando a diversidade vai aumentando e é preciso que os educadores se atualizem e utilizem métodos específicos para cada criança, a depender da sua necessidade especial. Portanto, o professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo do autismo. “Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão.” (CUNHA, 2009, p.101)

Precisa-se de capacitações sobre este tema, também, para os familiares, assistentes sociais, psicólogos, médicos, entre outros profissionais que lidam com o autismo para que, assim, todos saibam acerca dos direitos que os autistas possuem,

suas dificuldades, características e como se relacionar com eles, tudo em prol do seu desenvolvimento social e escolar.

Vale salientar a importância, também, da equoterapia no tratamento do TEA, pois ela complementa as outras atividades, uma vez que o vínculo existente entre o autista e os cavalos é positivo. De acordo com as seções efetuadas, vão melhorando o humor, a fala, a coordenação motora e a relação social dessas crianças.

A relação família e escola é outro fator importantíssimo e fundamental para o desenvolvimento escolar e social das crianças autistas. É essencial que o conjunto família, escola e profissionais, esteja interligado e é preciso que funcione para que, assim, possa acontecer a inclusão escolar e melhorar o seu comportamento e a sua socialização.

Diante do estudado, percebemos que esse é um tema que requer muitas leituras, pois falar sobre a relação da educação inclusiva e o transtorno autista necessita de uma atenção maior por está, cada vez mais, crescendo no mundo todo. Sem falar que a inclusão social e escolar de crianças com transtornos do desenvolvimento é um grande passo para o fim do preconceito.

Assim, com este tema da inclusão de crianças autistas no âmbito da escola, podemos avaliar, através deste artigo, quais estão sendo os seus limites e avanços encontrados pelas famílias e por todos que lidam com as mesmas.

## **4. A PESQUISA**

### **4.1 Caracterização do local da pesquisa**

A pesquisa foi executada em duas escolas<sup>1</sup>. A primeira delas foi a escola Elpídio de Almeida, localizada no bairro da Liberdade. É uma escola municipal que existe desde 31 de dezembro de 2003 em regime de comodato, possui turmas do 1º

---

<sup>1</sup> Com a finalidade de preservar a identidade das escolas pesquisadas adotamos nomes fictícios para a identificação das mesmas.

ao 5º ano no turno da manhã e do pré II ao 5º ano no turno da tarde. Contém 5 salas regulares que funcionam no turno da manhã, 6 salas no turno da tarde e 1 sala do AEE que funciona nos dois horários. A escola tem matriculadas no momento 240 alunos; possui 13 professores do ensino regular e 2 professoras da sala do AEE, 5 cuidadores, 1 psicóloga, 1 supervisora e nenhuma assistente social.

Já a segunda instituição foi a escola Monteiro Lobato situada no bairro do Jardim Paulistano, também é uma escola municipal, com a data de fundação em 08 de fevereiro de 1984. Possui turmas do pré ao 5º ano nos turnos da manhã e da tarde, 6 salas regulares funcionando nos dois horários e 1 sala do AEE. A mesma têm matriculados 251 alunos, 13 professores regulares, 2 professoras da sala do AEE, cada uma em um horário, 2 cuidadoras, 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 supervisora e 2 orientadoras educacionais.

A pesquisa nas duas escolas do município de Campina Grande - PB foi realizada com a execução de entrevista com professoras das salas regulares e do AEE.

A criança autista que participou da pesquisa, aluna da Escola Municipal Elpídio de Almeida é usuária da instituição Desenvolver - Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, localizada no Bairro do Cruzeiro no município de Campina Grande-PB. O seu público alvo são crianças e adolescentes de zero a dezoito anos.

A instituição funciona há 21 anos. Em 14 de setembro de 2003 constituiu-se numa Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), deixando de ser particular para um formato de Organização Não Governamental (ONG) e em 16 de dezembro de 2010 foi configurada como Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Existem na referida instituição uma série de atendimentos e exames oferecidos a essas famílias, dependendo da sua necessidade, que são: neuropsicologia; psicopedagogia; assistência social; clínica médica (pediatria, ortopedia, neurologia, psiquiatria e cardiologia); acupuntura; fisioterapia; fonoaudiologia; enfermagem; eletroencefalograma e audiometria.

O serviço social na instituição iniciou-se em 2010 e realiza atualmente, em média, 200 atendimentos por mês. Os instrumentos dos profissionais são: Plano de ação, encaminhamentos, visitas domiciliares e institucionais, encontros familiares (reunião com as famílias), escuta familiar, atendimentos sociais, orientações, relatórios sociais, protocolo de atendimentos etc.

## 4.2 Metodologia da pesquisa

A pesquisa que realizamos foi de natureza quanti-qualitativa. Segundo Baptista (1999), a pesquisa qualitativa tem como pressupostos de ordem epistemológica outros paradigmas, que não os da pesquisa quantitativa.

[...] os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística – os componentes de uma dada situação estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, e se procura compreender essas interações em um determinado contexto. O pesquisador e o pesquisado estão em um determinado contexto. O pesquisador e o pesquisado estão em uma interação em um processo multidirecionado no qual há ampla interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. [...] (BAPTISTA, 1999, p. 35-36)

As pesquisas qualitativas têm caráter exploratório: estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, fazendo com que surjam informações espontâneas.

Já as pesquisas quantitativas são mais adequadas para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utilizam instrumentos padronizados (questionários). Tal instrumento é utilizado quando se sabe exatamente o que deve ser perguntado para atingir os objetivos da pesquisa, permitem que se realizem projeções para a população representada. Estas pesquisas testam, de forma precisa, as hipóteses levantadas para a pesquisa e fornecem índices que podem ser comparados com outros.

Em cada escola alvo da pesquisa foram entrevistadas duas professoras: da sala regular e da sala de recurso multifuncional. Assim, o número total dos sujeitos da pesquisa foi de quatro pessoas. Tendo como foco principal as crianças autistas.

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi a entrevista semi estruturada, Segundo Triviños (2008, p.146), entrevista semi estruturada é:

[...] em geral aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante [...]

Foram utilizados dois roteiros de entrevista (Apêndice), cada qual contendo cinco questões. Um direcionado às duas professoras da sala regular e o outro às duas professoras da sala de recurso multifuncional.

Utilizamos a técnica de gravação da entrevista, as quais foram transcritas pela pesquisadora. Após a transcrição das entrevistas foi feito o agrupamento dos dados e, depois, a análise de conteúdo. Triviniños (2008, p.160) afirma que

Bardin, novamente nos apoia na elaboração do conceito que adotamos em relação à definição deste instrumento. Esse autor diz que a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Segundo Minayo (1998, p.203), “do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos”. Com isso, existe uma articulação do texto, analisando as suas características em vários contextos, como por exemplo: psicossociais, cultural, contexto e processo de produção da mensagem.

Cabe ressaltar que, após a elaboração do presente projeto, o mesmo foi encaminhado para o Comitê de Ética da UEPB para ser apreciado, verificando se está de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012. O mesmo foi aprovado sem nenhuma recomendação no dia 29 de setembro de 2014 (parecer do avaliador anexo).

#### **4.3 Análise dos dados**

A análise dos dados foi construída após a finalização da coleta de dados executada nas duas escolas municipais da cidade de Campina Grande – PB, campo de pesquisa.

De acordo com o questionário para as professoras da sala regular, podemos destacar que, quando questionadas sobre o ponto positivo da inclusão de crianças autistas na sala regular, as duas docentes, de escolas municipais diferentes, citaram que é o convívio social<sup>2</sup> que estas crianças autistas têm com as demais crianças ditas “normais”, afirmando que esta relação dentro da sala de aula é salutar.

Em seguida, ao responderem sobre as suas dificuldades enfrentadas no cotidiano da sala de aula, ambas colocaram que as mesmas residem no fato de não estarem preparadas para receber crianças autistas. Segundo elas, outra dificuldade é que tais alunos acabam ficando ausentes, já que a turma é grande e, muitas vezes, ficam sem fazer nenhuma atividade.

Assim, vemos o quanto é importante que exista uma mudança na formação dos professores para atender as necessidades dos alunos especiais, pois esses possuem como direito, ser inclusos na sala de aula regular.

Nessa direção, devemos lutar pela efetivação do Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que prevê a “formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais”. (BRASIL, 2011, Art. 5º, Inciso IV). Assim como pela efetivação da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que garante “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, Art. 59º, inciso III).

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar a importância da sociabilidade para o desenvolvimento das crianças autistas, pois eles foram acolhidos com muito cuidado e carinho pelas as crianças ditas “normais”, respeitando as diferenças do coletivo, isso foi algo que a professoras da sala regular 01 relatou.

Na terceira questão as professoras foram indagadas se a estrutura física da escola está preparada para receber essas crianças. Daí, obtivemos posições contrárias. A primeira relatou que a escola não tem nenhuma estrutura, pois têm salas apertadas e etc; já a segunda afirmou positivamente a existência de estrutura; entretanto, não quis especificar qual seria a mudança que as escolas hoje em dia têm feito para melhorar as suas condições físicas. Vejamos a sua fala: “hoje eu acredito que tem um melhoramento nas escolas, não sei qual melhoramento seria, mas acredito que a escola tá se adequando às melhorias para as crianças” (PROFESSORA DA SALA REGULAR 02).

Sobre essa questão da estrutura física, vale ressaltar que é necessário e essencial que a escola esteja preparada para receber todas as crianças, inclusive as que contém necessidades especiais, atendendo as demandas da inclusão e da acessibilidade.

Na quarta questão sobre a metodologia utilizada na sala de aula para com o público alvo de crianças autistas, obtivemos das professoras entrevistadas as seguintes respostas:

Na verdade eu não tenho metodologia nenhuma, ainda, porque, justamente, eu nunca trabalhei com crianças autistas. Eu estou perdida, eu continuo dizendo isso, eu vivo pedindo ajuda à psicóloga, à menina do AEE, porque, assim, eu não tenho experiência, eu nunca trabalhei com autismo e, assim, ela me dá uma dica aí eu faço uma atividade, mas, assim, é isso que eu te disse, eu não tenho tempo de avaliar se aquela atividade que eu fiz ela teve um efeito, se a criança ela conseguiu desenvolver essa atividade sozinha porque, assim, eu dou a atividade, mando ela fazer e vou me virar em mil pra da atenção a outros [...] (PROFESSORA DA SALA REGULAR 01)

Eu diria que a metodologia eu não tô sabendo como utilizar, mas na minha sala a cuidadora orienta muito. Então, o ponto positivo da minha sala é que a cuidadora articula muito o trabalho com o aluno. (PROFESSORA DA SALA REGULAR 02)

Diante disso, vemos que ambas as professoras admitiram estar sem saber como aplicar a metodologia para os autistas. A professora da sala regular 01 alegou ser a primeira vez que trabalha com essas crianças, pede auxílio à professora da sala de recursos multifuncionais e não citou a ajuda da cuidadora da escola.

Enquanto que a segunda professora mencionou e comentou a importância do trabalho da cuidadora. Com tais falas, percebemos, mais uma vez, a falta de preparação dos professores para se trabalhar com alunos especiais, o que impõe ao governo a necessidade de investimentos na formação continuada dos docentes que estão em exercício e uma revisão dos currículos nas universidades para aqueles que, ainda, estão no momento da sua formação profissional.

Na última pergunta, a qual questiona se esta inclusão está sendo satisfatória para os seus familiares, as respostas das duas professoras tiveram uma semelhança, pois elas responderam que sim e que esta socialização e o convívio social com outras crianças é algo positivo para seus responsáveis, concordando que a inclusão escolar está melhorando o desenvolvimento social dos seus filhos.

Passando para as entrevistas realizadas com as professoras da sala de recurso multifuncional que ofertam o AEE, podemos destacar o seguinte:

Primeiramente, a respeito de como está o funcionamento da sala do AEE, as duas professoras alegaram conter na mesma, computadores, jogos e etc.. Porém, mesmo assim, a professora da AEE 02 alegou ficar, ainda, na mão ao se tratar de crianças autistas, pois cada uma é individual, necessitando melhorar a estrutura da sala para atender este público alvo. Já a professora do AEE 01, ao afirmar que cada criança tem seu tempo determinado e individual para permanecer na sala, falou que tenta fazer a socialização deles com estes equipamentos da sala para que avancem nas suas atividades diárias.

Assim, vimos que as duas escolas pesquisadas estão com suas salas do AEE devidamente equipadas para atender as crianças com necessidades especiais. Portanto, falta uma melhor estrutura no aspecto físico e o exercício de uma boa metodologia para utilizá-la de forma acessível.

De acordo com o decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011, Art. 5º, parágrafo III).



Ao ser questionadas acerca da importância que a sala do AEE traz para as crianças autistas, elas responderam em comum, enfatizando as importantes contribuições desse serviço para o processo de sua socialização.

Na terceira questão obtivemos respostas contrárias ao ser questionadas se existiam dificuldades para as crianças autistas permanecer na sala do AEE. A professora do AEE 01, prontamente, respondeu que não. Segundo a mesma, eles não têm rejeição, pois sabem que vão fazer uma atividade diferenciada e de importância para o seu convívio social. Já na segunda escola a professora do AEE 02 respondeu com convicção que possui dificuldades de inserir o seu aluno com autismo na sala do AEE, como podemos observar abaixo:

[...] embora a sala do AEE tenha muito mais recursos, tenha muito mais atrativos, seja uma sala mais elaborada pra atrair a criança com mais jogos, uma sala mais colorida, embora tenha tudo isso, mas, mesmo assim, a gente, ainda, tem dificuldade que ele permaneça na sala. Isso acontece gradativamente, aos poucos a gente vai fazendo isso, vai passando dez minutos, depois meia hora entendeu? Então, assim, de acordo, é gradativo essa inclusão, essa permanência. [...] (PROFESSORA DO AEE 02)

Essa diferenciação de respostas na questão anterior foi ocasionada pela individualidade de cada autista atendido, de cada grau apresentado, onde na primeira escola, o autista contém grau leve, obtendo um entendimento melhor sobre a sala do AEE. Já na segunda escola, o autista possui um grau mais severo, prejudicando sua inserção e permanência nesta sala, da mesma forma para ir para a sala de aula regular, segundo o relato da professora do AEE 02.

Ao serem perguntadas sobre os materiais pedagógicos e a metodologia utilizada no trabalho com essas crianças, a professora do AEE 01 da primeira escola pesquisada, já tinha mencionado essa questão em momento anterior, mas é interesse destacar sua resposta abaixo:

[...] eu acho que esse atendimento, ainda de acordo com o MEC, está propondo para trabalhar e inserir crianças com algum tipo de deficiência na sala regular. Em escola particular eu ainda não vi esse trabalho funcionando, eu trabalhei 28 anos em escola particular e eu não vi esse trabalho, agora é que a gente tá tendo acesso na escola pública em ter esse

trabalho e a metodologia que a gente usa. Eu tenho um planejamento que eu tento fazer algumas coisas na sequência, mas na sala às vezes eu tenho que mudar totalmente porque vai também do interesse da criança. [...]  
(PROFESSORA DO AEE 01)

Um aspecto desta fala que podemos destacar é o fato do atendimento da sala de recursos multifuncionais não existir em escolas particulares, algo que deveria existir para, assim, oferecer uma atenção maior às crianças não só autistas, mas com qualquer necessidade especial.

Já a outra professora destacou da seguinte forma a questão do material adaptado para eles: “nós temos uma seringa, a gente tira o buco da seringa e o embolo, a gente tira o embolo da seringa e coloca o lápis dentro pra engrossar o lápis, a tesoura é adaptada, o mouse que nós utilizamos quando ele vai fazer alguma atividade no computador”. Quanto a sua metodologia utilizada para os autistas, ela destacou os comandos curtos e rápidos.

Por fim, na última questão, pedimos a opinião delas, se inclui crianças autistas nas escolas é um avanço para a educação. Daí as duas enfatizaram a mesma linha de raciocínio, respondendo que sim, que foi um avanço, mas não só dos autistas, mas para qualquer criança que contenha necessidade especial, por exemplo, crianças com deficiência visual, auditiva, física e, também, um avanço para todos os profissionais que lidam com a inclusão escolar e social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É imprescindível que, diante dos argumentos expostos, todos se conscientizem de que a inclusão de crianças e adolescentes autistas no âmbito escolar é fundamental para seu desenvolvimento social e educacional, contendo dificuldades, porém existem avanços, que citamos diante do assunto estudado.

O autismo, como foi destacado, é um Transtorno Global do Desenvolvimento (também chamado de Transtorno do Espectro Autista), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da criança.

Essas alterações levam a importantes dificuldades adaptativas e aparecem antes dos 03 anos de idade, podendo ser percebidas, em alguns casos, já nos primeiros meses de vida, ou após de 3 anos. Existem vários graus de autismo, cada qual com sua particularidade.

Contudo, a educação inclusiva se relaciona com o Transtorno do Espectro Autista, uma vez que podemos destacar a atualidade e a importância do assunto. Porém, merece atenção dos governantes para que possam aplicar políticas públicas que beneficiem este público alvo, e a sociedade, em geral, necessita ter conhecimento sobre este tema para que possa ter cuidado durante a gestação e atentar nos primeiros meses dos seus filhos, pois se o autismo for diagnosticado precocemente terá grandes avanços.

A pessoa com autismo possui vários direitos sociais, entre eles a educação, pois conforme o art. 54 do ECA é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Diante da pesquisa executada em escolas municipais da cidade de Campina Grande – PB, podemos destacar como avanço que as crianças autistas estão inseridas em salas de ensino regular e no AEE, algo que é fundamental para a sua socialização e convívio social com as demais crianças. Percebemos que existe um respeito entre as crianças e adolescentes com e sem deficiência, garantindo um convívio amigável, principal importância da inclusão escolar, que é ter tolerância às diferenças e considerar as características de cada criança. Diante dos dados coletados, encontramos como dificuldades no âmbito escolar municipal de Campina Grande-PB a falta de uma melhor estrutura física e a necessidade dos professores de salas regulares serem melhor qualificados<sup>3</sup> para atender a essa demanda com uma metodologia adequada.

---

<sup>3</sup> Sinaliza, ainda mais, a necessidade de uma formação continuada para os professores sobre o autismo, ampliada também para os seus familiares.

Com isso, destacamos que o espectro do autismo e as diversas necessidades especiais merecem destaque e reconhecimento das autoridades e da sociedade, uma vez que a inclusão escolar veio para reformular o método pedagógico e social, necessitando de profissionais que se adaptem a este modelo e estejam preparados para receber estas crianças e adolescentes.

## 6. REFERÊNCIAS

BAPTISTA. D.M.T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In. MARTINELLI. M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora. 1999. p. 35-36.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução/CNS/ 466/2012**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 10 agost. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 agost. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 agost. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/ CEB 4/ 2009**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei Nº 228, de 2014.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas. Brasília: Presidência da República, 2014.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

BELISÁRIO, J. F.; CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da educação; Secretaria de educação especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v.9. 2010.

GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. In. GLAT, Rosana; BLANCO, Leila M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. Cap.1. p.15-20.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo:** guia prático. 7 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. p.236.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5 ed. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998. p.203.

MORA, E. Psicopedagogia Infanto-Adolescente: Guia de orientação para pais e educadores. In. \_\_\_\_\_.(Org.). **Preocupações atuais dos pais:** autismo. V.1. Ed. Equipe Cultural, 2007, p. 198-200.

PALACIOS, J.; COLL, C.; MARCHESIS, A. Desenvolvimento psicológico e educação. In: RIVIERE, Angel. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento.** 2 ed. V. 3. São Paulo: Artmed, 2004. p.234-235.

REIS, J.L. **Autismo:** os desafios da inclusão na escola regular. Universidade Estadual Vale do Acaraú. 2013. Disponível em <[www.pt.slideshare.net/lilikareis/autismo-desafios-da-incluso-da-criana-autista-na-escola-regular#](http://www.pt.slideshare.net/lilikareis/autismo-desafios-da-incluso-da-criana-autista-na-escola-regular#)> Acesso em: 21 jul. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 2ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008. p. 146 -160.

# APÊNDICE

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DA SALA REGULAR**

- 1.** Qual o ponto positivo de ter a inclusão de crianças autistas em uma sala de aula regular?
- 2.** Qual a principal dificuldade de inserir uma criança autista em uma sala de aula regular?
- 3.** A estrutura da escola está preparada para receber estas crianças?
- 4.** Qual a metodologia utilizada pela senhora no trabalho com a criança autista, visto que a lei permite que as escolas possa fazer uma adequação nos currículos e na forma de ensinar.
- 5.** Na sua opinião, a inclusão de crianças com autismo nas escolas é satisfatória para os seus familiares?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**

- 1.** Como você avalia o funcionamento da sala de recursos multifuncionais da escola para as crianças com autismo?
- 2.** Qual a importância das crianças com autismo serem inseridas nesta sala?
- 3.** Existem dificuldades para que os autistas permaneçam nesta sala do AEE?
- 4.** Quais os materiais pedagógicos e a metodologia utilizada no trabalho com essas crianças?
- 5.** Na sua opinião, incluir crianças autistas nas escolas foi um avanço para a educação?



**ANEXO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS –  
CEP/UEPB COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof.ª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

**PARECER DO RELATOR 19.**

**Número do Protocolo: 3666814.2.0000.5187**

**Data da 1ª relatoria PARECER DO AVALIADOR: 29/09/2014**

**Pesquisador(a) Responsável: Maria Noalda Ramalho**

**Orientanda: Maria Clara Moura Monteiro**

**Situação do parecer: Aprovado**

**Apresentação do Projeto:** O projeto é intitulado: *A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO DO DESENVOLVER CENTRO: UM ESTUDO DAS SUAS DIFICULDADES E AVANÇOS NO ÂMBITO ESCOLAR.* Projeto encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba para análise e parecer com fins de elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, da orientanda Maria Clara Moura Monteiro, sob orientação da Professora Pesquisadora e Orientadora Maria Noalda Ramalho. A pesquisa será desenvolvida com os professores da sala regular e da sala de recursos multifuncional do Centro de Atendimento Educacional Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, que está localizada na Rua Giovani Gioia, Nº 172, Bairro do Cruzeiro no município de Campina Grande-PB. A forma se dará com aplicação de questionário.

**Objetivo da Pesquisa:** Tem como objetivo geral: Analisar a inclusão de crianças com o transtorno autista do Desenvolver Centro no âmbito escolar.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:** Considerando a justificativa e os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto, e ainda considerando a relevância do estudo as quais são explícitas suas possíveis contribuições, percebe-se que a mesma não apresenta riscos mínimos aos participantes a serem pesquisados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:** O estudo encontra-se com uma fundamentação teórica estruturada atendendo as exigências protocolares do

CEP-UEPB mediante a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/10/2001 que rege e disciplina este CEP.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória e Parecer do Avaliador:** Encontram-se anexados os termos de autorização necessários para o estudo. Diante do exposto, somos pela aprovação do referido projeto. Salvo melhor juízo. Recomendações: Sem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:** O presente estudo encontra-se sem pendências, devendo o mesmo prosseguir com a execução na íntegra de seu cronograma de atividades.